

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2023

Brasil

Avanço Moderado

Em 2023, o Brasil fez um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo publicou duas atualizações da "Lista Suja" nacional em abril e outubro com a adição total de 336 novos empregadores. A "Lista Suja" contém dados sobre empregadores que o Ministério do Trabalho e Emprego considera que estejam usando trabalho escravo, inclusive o de crianças. O Ministério do Trabalho e Emprego também desenvolveu um manual sobre trabalho infantil e proteção de trabalhadores adolescentes que inclui informações referentes aos padrões nacionais e internacionais sobre trabalho infantil, tipos de trabalho permitidos para adolescentes e como identificar o trabalho infantil e os seus riscos. Além disso, o governo realizou uma avaliação preliminar do terceiro Plano de Ação Nacional de Combate ao Tráfico Humano e apresentou os resultados ao Comitê Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas. Por fim, em março de 2023, o governo relançou o programa de transferência de renda “Bolsa Família”, que incluiu o maior aumento no valor pago às famílias participantes na história do programa. O novo valor mensal repassado às famílias participantes aumentou para um mínimo de \$ 121, sendo que famílias de crianças menores de 18 anos recebendo um suplemento adicional de \$ 10 a \$ 30 por criança. Embora o governo tenha feito esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período do relatório, as leis do país não obedecem ao padrão internacional quanto à proibição ao tráfico infantil, pois requerem que seja comprovado o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para que o crime de tráfico de crianças seja estabelecido como de fato. Além disso, o número informado de inspetores do trabalho é provavelmente insuficiente para uma cobertura adequada da força de trabalho, e os governos locais não possuem meios adequados para implementar e monitorar plenamente o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e outros programas de proteção social.

PREVALÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO TRABALHO INFANTIL

Crianças	Idade	Percentual da população
Trabalho	5 a 14	2,1% (619.654)
Meninos		2,7%
Meninas		1,5%
Urbano		1,2%
Rural		7,2%

Crianças	Idade	Percentual da população
Trabalhos perigosos exercidos por crianças	5 a 17	16,3% (1.484.274)
Meninos		20,2%
Meninas		12,3%
Urbano		14,3%
Rural		27,2%
Frequentando a escola	5 a 14	98,6%
Combinando trabalho e escola	7 a 14	2,5%

As crianças no Brasil são empregadas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive na exploração sexual comercial, às vezes decorrente de tráfico humano. As crianças também são empregadas em trabalho na agricultura, inclusive na produção de café.

Setor/Indústria	Atividade
Agricultura	Produção de bananas, cacau, café, milho, algodão,† mandioca, abacaxi,† arroz, sisal,† cana-de-açúcar,† tabaco,† e colheita de açaí. Pesca. Criação de gado e pecuária, incluindo aves, porcos e ovelhas. Trabalho em silvicultura, incluindo extração de madeira, e produção de carvão.
Indústria	Abate de animais,† inclusive para produção de carne bovina. Processamento de farinha de mandioca† e castanha de caju.† Na produção de cerâmica,† tijolos,† e calçados. Construção† e trabalho em pedreiras.†
Serviços	Trabalho de rua,† como vendedores,† mendigos, lavadores de carros,† coletores de reciclagem, catadores de lixo.† Trabalho em supermercados, mercados e feiras, incluindo transporte de frutas e vegetais e transporte de cargas pesadas. Trabalho em restaurantes e outros estabelecimentos de alimentos e bebidas, incluindo entregadores de alimentos de bicicleta e vendendo bebidas alcoólicas. Trabalho no setor cultural, incluindo atividades artísticas e esportivas. Trabalho doméstico,† incluindo cuidar de crianças e idosos e realizar limpeza doméstica. Manutenção e reparo de automóveis.
Piores Formas de Trabalho Infantil Categorias‡	Exploração sexual comercial, às vezes como resultado de tráfico humano. Trabalho forçado na agricultura, mendicância e trabalho doméstico. Uso por gangues para realizar atividades ilícitas, incluindo tráfico de drogas, às vezes como resultado de tráfico humano.

† Determinado pela lei ou regulamentação nacional como perigoso e, como tal, relevante para o Artigo 3(d) da OIT C. 182.

‡ Trabalho infantil entendido como sendo as piores formas de trabalho infantil *per se*, de acordo com o artigo 3(a)–(c) da OIT C. 182.

Crianças em risco mais elevado

Crianças afrodescendentes e crianças em comunidades rurais são especialmente vulneráveis ao trabalho infantil. Em áreas rurais remotas, particularmente no norte e nordeste, as crianças começam a trabalhar na agricultura desde cedo, inclusive realizando tarefas perigosas. A alta taxa de pobreza e pobreza extrema nessas regiões torna as crianças cada vez mais vulneráveis ao trabalho infantil. Além disso, crianças nos Estados do Espírito Santo, Ceará, Pará, Mato Grosso e Distrito Federal correm maior risco de serem submetidas à exploração sexual comercial. O turismo sexual infantil é particularmente comum em áreas turísticas e costeiras, mas os relatórios indicam que o tráfico de crianças para exploração sexual ocorre em todo o país.

BARREIRAS AO ACESSO À EDUCAÇÃO

Algumas escolas, particularmente aquelas em áreas rurais, estão superlotadas, têm infraestrutura precária e carecem de recursos básicos e professores. Essas barreiras ao acesso à educação podem deixar as crianças vulneráveis ao trabalho infantil.

LEGISLAÇÃO SOBRE TRABALHO INFANTIL

O Brasil ratificou todas as principais convenções internacionais sobre trabalho infantil. No entanto, as leis brasileiras que proíbem o tráfico de crianças não atendem aos padrões internacionais.

Norma	Idade	Atende aos padrões internacionais	Legislação
Idade mínima para o trabalho	16	✓	Artigo 403 do Código do Trabalho
Idade mínima para o trabalho perigoso	18	✓	Artigo 2 da Lista de Trabalhos Perigosos
Identificação de ocupações perigosas ou atividades proibidas para crianças		✓	Lista de trabalhos perigosos
Proibição de escravidão, trabalho por dívida ou trabalho forçado		✓	Artigos 149 e 149-A do Código Penal; artigo 13 da Lei 13.344 que altera o Código Penal
Proibição do tráfico de crianças		X	Artigo 149-A do Código Penal; artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente
Proibição da exploração sexual comercial de crianças		✓	Artigos 218-A, 218-B, 227 e 228 do Código Penal; artigos 240, 241 e 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente
Proibição do uso de		✓	Artigos 33 e 40 do Sistema Nacional de

Norma	Idade	Atende aos padrões internacionais	Legislação
crianças em atividades ilícitas			Políticas Públicas sobre Drogas; artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente
Idade mínima para recrutamento militar voluntário pelo Estado	17	✓	Artigo 127 do Regulamento do Serviço Militar
Proibição do recrutamento compulsório de crianças por militares (do Estado)		✓	Artigo 5 da Lei sobre Serviço Militar
Proibição de recrutamento militar por grupos armados não estatais		X	
Idade para escolaridade obrigatória	17	✓	Artigo 4 da Lei Nacional de Educação
Ensino público gratuito		✓	Artigo 4 da Lei Nacional de Educação

A "Lista Suja" nacional contendo informações sobre empregadores que usam trabalho escravo, incluindo o de crianças, foi atualizada em abril de 2023 com 132 novos nomes e novamente em outubro de 2023 com um número recorde de 204 novos nomes. Empregadores e empresas adicionados à Lista pagam multas e impostos trabalhistas não pagos, são impedidos de receber qualquer crédito do governo ou de bancos privados e são mantidos na lista até que provem que estão fazendo esforços coordenados para sanear suas cadeias de suprimentos. No entanto, as leis brasileiras que proíbem o tráfico de crianças não atendem aos padrões internacionais porque exigem que o uso de ameaças, violência, coerção, fraude ou abuso seja estabelecido para que o crime de tráfico de crianças tenha ocorrido. Além disso, a idade mínima para o trabalho é mais baixa do que a idade para educação obrigatória, o que pode encorajar as crianças a abandonarem a escola antes da conclusão da educação obrigatória.

CUMPRIMENTO DAS LEIS SOBRE TRABALHO INFANTIL

Em 2023, as agências de aplicação da lei trabalhista e criminal no Brasil tomaram medidas para lidar com o trabalho infantil. No entanto, recursos humanos insuficientes e impunidade para os infratores da lei dificultaram os esforços para o cumprimento efetivo.

Organização/Agência | Função e Atividades

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Supervisiona a Secretaria de Inspeção do Trabalho, que é responsável por organizar, avaliar e monitorar as atividades de inspeção do trabalho, incluindo aquelas relacionadas ao trabalho infantil e ao trabalho forçado. Os auditores fiscais do trabalho realizam ações previstas na Instrução Normativa nº 02/2021 do Ministério Público do Trabalho, entre elas a realização

Organização/Agência | Função e Atividades

de vistorias sem aviso prévio em locais onde há suspeita de trabalho infantil, a identificação e afastamento de crianças de situações de trabalho infantil e a aplicação de penalidades. O seu Grupo Móvel Especial de Combate ao Trabalho Infantil realiza fiscalizações de maior complexidade técnica e operacional, inclusive em áreas geográficas isoladas e para casos enquadrados como as piores formas de trabalho infantil, conforme o Decreto 6.481. Em 2023, o MTE criou um manual intitulado “Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente”, que reúne boas práticas da sua Inspeção do Trabalho. O manual é estruturado em formato de perguntas e respostas e inclui informações sobre como identificar o trabalho infantil e os seus riscos, padrões internacionais e nacionais, descrições de atividades de trabalho permitidas para adolescentes e atividades anteriores implementadas pela Inspeção do Trabalho para lidar com o trabalho infantil no país.

Ministério Público do Trabalho: Titular das ações penais contra violações de trabalho infantil e trabalho forçado, juntamente com procuradores da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho da Criança e do Adolescente, órgão interno que coordena os procedimentos de combate ao trabalho infantil, cobra multas por infrações de trabalho forçado e aloca fundos para iniciativas sobre trabalho infantil e trabalho forçado.

Visão geral dos esforços de execução	2023
Tem uma Inspeção do Trabalho	Sim
Capaz de avaliar penalidades civis	Sim
Inspeções de local de trabalho conduzidas rotineiramente	Sim
Inspeções de surpresa permitidas	Sim
Possui um mecanismo para apresentação de queixas	Sim
Penalidades impostas para violações de trabalho infantil	Sim
Conduziu investigações criminais para as piores formas de crimes de trabalho infantil	Desconhecido
Penalidades impostas para as piores formas de crimes de trabalho infantil	Desconhecido

Em 2023, **1.951** inspetores do trabalho conduziram **66.803** inspeções no local de trabalho, encontrando **2.564** violações de trabalho infantil. No entanto, **desconhecemos** se de fato as investigações sobre casos suspeitos das piores formas de trabalho infantil foram realizadas, processos foram iniciados ou se acusados foram condenados.

COORDENAÇÃO, POLÍTICAS E PROGRAMAS

O Brasil estabeleceu um mecanismo para coordenar seus esforços para lidar com o trabalho infantil.

Organização/Agência | Função e Atividades

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil: Liderada pelo MTE e responsável pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, por

Organização/Agência | Função e Atividades

pesquisas sobre trabalho infantil e campanhas de conscientização. Em 2023, a comissão foi reestruturada de volta à sua composição multissetorial original, incluindo representantes do governo federal, organizações de trabalhadores e empregadores, sociedade civil, sistema judiciário e organizações internacionais, como a OIT e a UNICEF. Com a reestruturação, todos os representantes recuperaram seus direitos de voto. Além disso, a comissão realizou seis reuniões e estabeleceu dois grupos de trabalho para realizar atividades prioritárias durante o período do relatório.

O Brasil estabeleceu políticas relativas ao trabalho infantil. No entanto, não conseguiu implementar algumas dessas políticas durante o período do relatório.

Política | Descrição e Atividades

Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente

Trabalhador III: Liderado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, priorizou a prevenção e erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente por meio da conscientização sobre o trabalho infantil e suas piores formas, fortalecendo os esforços de fiscalização, oferecendo oportunidades de emprego às famílias, aumentando o acesso à educação de qualidade e estabelecendo sistemas de apoio à saúde para vítimas de trabalho infantil. Embora o Plano tenha oficialmente terminado em 2022, o governo continuou a implementá-lo enquanto elaborava sua próxima fase.

Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas III: Descreveu a estratégia do governo para abordar o tráfico de pessoas em 58 objetivos com base em 6 temas: gestão de políticas, gestão de informações, treinamento, responsabilização, assistência e prevenção às vítimas e conscientização pública. Embora esse plano tenha terminado em 2022, durante o período do relatório o governo conduziu uma avaliação preliminar e apresentou os resultados aos membros do Comitê Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas para serem usados na elaboração de um novo plano.

Pacto Federal para a Erradicação do Trabalho Forçado: Visa estabelecer um banco de dados e criar comissões estaduais para abordar o trabalho forçado e fortalecer a coordenação interinstitucional. Liderado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e atualmente assinado por 23 dos 27 Estados. A pesquisa não conseguiu determinar se foram realizadas atividades para implementar esta política durante o período do relatório.

‡ O governo tinha outras políticas que podem ter abordado questões do trabalho infantil ou tido impacto no trabalho infantil.

Em 2023, o Brasil financiou e participou de programas que incluem a meta de eliminar ou prevenir o trabalho infantil. No entanto, esses programas sociais não são adequados para tratar do problema em todos os setores onde o trabalho infantil foi identificado, incluindo a exploração sexual comercial.

Programa | Descrição e Atividades

Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI):† Um programa nacional de assistência social que aborda o trabalho infantil por meio de atividades de conscientização, identificação e proteção de vítimas e transferências de dinheiro condicionadas. Para receber os benefícios do programa, os participantes das famílias devem garantir que as crianças não estejam trabalhando e mantenham pelo menos 85% de frequência escolar. No período coberto pelo relatório, o Grupo de Trabalho do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

Programa | Descrição e Atividades

(FNPETI) desenvolveu um manual com 12 diretrizes para auxiliar instituições, municípios e estados a melhor elaborar suas campanhas de conscientização sobre o trabalho infantil. O FNPETI, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, o MTE, o Programa Justiça do Trabalho de Combate ao Trabalho Infantil e a OIT, realizou uma campanha nacional intitulada "Proteger a infância fortalece o futuro da criança e do adolescente. Vamos nos unir para acabar com o trabalho infantil", com o objetivo de conscientizar a população sobre a situação do trabalho infantil no país e no exterior, por meio das redes sociais.

Bolsa Família:[†] Um programa de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que auxilia famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza em todo o país. Este programa foi relançado em março de 2023 e o seu valor médio aumentou para o maior valor da história do programa. O novo valor mensal fornecido às famílias participantes aumentou para um mínimo de \$ 121, sendo que famílias com crianças menores de 6 anos recebem um suplemento adicional de \$30 por criança, e aqueles com filhos de 7 a 18 anos recebem um adicional de US\$ 10 por criança.

Fluxo Nacional de Assistência a Vítimas de Trabalho Escravo:[‡] Cria uma rede integrada de provedores de serviços sociais e padroniza a assistência a vítimas de trabalho escravo, incluindo crianças vítimas, em todo o país. Liderado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Para obter informações sobre os projetos do USDOL para lidar com o trabalho infantil em todo o mundo, visite <https://www.dol.gov/agencies/ilab/ilab-project-page-search>

[†] O programa é financiado pelo Governo do Brasil.

[‡] O governo tinha outros programas sociais que podem ter incluído o objetivo de eliminar ou prevenir o trabalho infantil.

DESTAQUE SOBRE OS DIREITOS DO TRABALHADOR

O Brasil também impõe restrições a certos direitos de negociação. Especificamente, os acordos de negociação podem ser anulados se o governo acreditar que o acordo não está em conformidade com as suas políticas econômicas e financeiras, ou se estiver em desacordo com a política salarial atual em vigor. Além disso, os acordos de negociação coletiva só podem permanecer por 2 anos antes de precisarem ser renegociados. Como a liberdade de associação e os direitos de negociação coletiva desempenham um papel crucial na identificação, no enfrentamento e na prevenção do trabalho infantil, essas restrições podem permitir que as violações não sejam denunciadas.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS SUGERIDAS PARA ELIMINAR O TRABALHO INFANTIL

As ações governamentais sugeridas abaixo fechariam as lacunas identificadas pelo USDOL no Brasil para que o país implemente os seus compromissos internacionais para eliminar as piores formas de trabalho infantil.

Área	Ação sugerida
Legislação	Garantir que as leis não exijam o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para estabelecer o crime de tráfico de crianças.
	Criminalizar o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados não estatais.

Área	Ação sugerida
	Aumentar a idade mínima de trabalho de 16 para 17 anos, de forma a estar alinhada com a idade de escolaridade obrigatória.
Aplicação da lei	<p data-bbox="427 327 1433 443">Aumentar significativamente o número de inspetores do trabalho de 1.951 para 7.192 para dar cobertura adequada à força de trabalho de aproximadamente 108 milhões de trabalhadores.</p> <p data-bbox="427 453 1433 569">Publicar informações relacionadas aos esforços para o cumprimento da lei criminal, como o número de investigações realizadas, processos iniciados, condenações obtidas e se foram impostas penalidades por crimes de trabalho infantil.</p> <p data-bbox="427 579 1433 737">Certificar-se de que os órgãos de fiscalização pertinentes coordenem esforços para coletar e compartilhar dados de casos que envolvam tráfico humano para exploração sexual, assegurando-se de que os dados sejam desagregados por idade das vítimas.</p> <p data-bbox="427 747 1433 800">Responsabilizar os autores de crimes de trabalho infantil de acordo com a lei.</p>
Políticas governamentais	Implementar o Pacto Federal para a Erradicação do Trabalho Forçado e publicar os resultados das atividades implementadas anualmente.
Programas sociais	<p data-bbox="427 900 1433 1058">Eliminar as barreiras à educação, inclusive garantindo um número adequado de professores qualificados, construindo um número suficiente de escolas, melhorando a infraestrutura escolar e tomando medidas para matricular crianças em áreas rurais.</p> <p data-bbox="427 1068 1433 1148">Fornecer financiamento aos governos locais para que eles possam implementar e monitorar o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p data-bbox="427 1159 1433 1274">Prover os recursos necessários aos governos estaduais para garantir que as vítimas de tráfico infantil recebam serviços sociais adequados, além da disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.</p> <p data-bbox="427 1285 1433 1358">Publicar os resultados da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Forçado realizada em 2019.</p>